

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL Nº 3.050 de 2008**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

☐ SIM ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☒ estados ☒ municípios  
☐ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

☐ SIM

- ☐ Aumento de despesa. Quais?
- ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
- ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

☐ SIM (Emenda nº ) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

☐ SIM ☒ NÃO (não há estimativa)

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: LRF: Arts. 16, 17 e 21; LDO 2016: art. 113, *caput* e §6º; Súmula 1/08-CFT**

**4. Outras observações:**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o principal recurso da educação a ser reduzido pelo percentual de dez por cento, pretendido pela proposição, é o FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. É cediço que o Fundeb foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2008, e, portanto, a alteração da

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2016-2019; arts. 99, 113 e 114 da LDO 2016; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



## Câmara dos Deputados

### Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

destinação de seus recursos também só poderá ocorrer por força de norma de mesma hierarquia, ou seja, outra Emenda Constitucional. Todavia, o exame desta CFT deve restringir-se à análise de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da proposição, deixando a atribuição de opinar sobre a constitucionalidade da matéria à Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania – CCJC.

Há pronunciamento do MEC (Parecer12/2011), anexo ao processado do PL em exame, o qual aponta que a proposta em questão não é objetiva e susceptível a interpretações variadas acerca de **quais fundos comporiam a base de cálculo para a incidência do percentual de bonificação pretendido**. Ressalta, ainda, que **já está prevista no FUNDEB a garantia de aplicação de no mínimo 60% dos seus recursos anuais para remuneração dos profissionais do magistério**, o que faz do mecanismo vigente um instrumento ‘mais completo e condizente’ com a política de valorização dos professores do que a forma proposta pelo PL nº 3.050/08.

A proposição indica uma fonte de recursos para financiar despesa com pagamento de bonificação de professores, o que gera nova despesa, sem, contudo, estimar o impacto dessa medida. Além disso, despesas com pessoal devem se restringir a limites máximos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000)<sup>2</sup>.

Além disso, o § 6º do art. 113 da LDO 2016 considera incompatível a proposição que crie ou autorize a criação de fundos sem observar determinados requisitos<sup>3</sup>.

Corroborando o entendimento dos dispositivos supramencionados, a Súmula nº 1, de 2008, editada pela Comissão de Finanças e Tributação, que considera incompatível e inadequada a proposição que, mesmo em caráter autorizativo, conflite com a LRF

Portanto, **o Projeto de Lei nº 3.050, de 2008, está incompatível com as normas orçamentárias e financeiras (e nesse caso, não cabe pronunciamento sobre o mérito), uma vez que deixa de observar os arts. 16, 17 e 21 da LRF bem como o art. 113 da LDO 2016 e a Súmula 1/08-CFT.**

**Brasília, 31 de outubro de 2016.**

**Marcos Rogério Rocha Mendlovitz**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**

---

<sup>2</sup> LRF, Capítulo IV, Seção II (art. 18 a 20).

<sup>3</sup> § 6º Será considerada incompatível a proposição que:  
(...)

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos da união e:

a) não contenham normas específicas sobre a gestão, o funcionamento e o controle do fundo; ou

b) fixem atribuições ao fundo que possam ser realizadas pela estrutura departamental da administração pública federal;